

**Resumo:** O presente artigo mostra o diálogo ecumênico e interreligioso na Exortação Pós Sinodal *Verbum Domini*, em dois principais horizontes: no conjunto da Exortação, mostrando que o diálogo é um elemento que perpassa todo o documento; e na análise daqueles números nos quais a Exortação trata explicitamente do ecumenismo e do diálogo entre as religiões. O que se observa é que a *Verbum Domini* dá continuidade e fortalece a orientação do Concílio Vaticano II sobre o valor do respeito e da acolhida mútua, do diálogo, da comunhão e da cooperação entre igrejas e religiões.

**Abstract:** This paper presents the ecumenical and interreligious dialogue in the context of the Exhortation *Verbum Domini* issued after the Synod. Two main dimensions come to the fore: the dialogue is an all encompassing element throughout the Exhortation; the analysis of ecumenism and the dialogue among religions are explicitly mentioned therein. Thus one discloses both the continuity and the orientation of Vatican II concerning the advantage of mutual respect and dialog, communion, and cooperation among churches and religions.

## O diálogo ecumênico e interreligioso na *Verbum Domini*

*Pe. Elias Wolff\**

---

\* Professor do ITESC, Assessor da Comissão Episcopal Pastoral para o Ecumenismo e o Diálogo Interreligioso – CNBB.



## I Introdução

A Exortação Apostólica Pós-sinodal *Verbum Domini – A Palavra de Deus na Vida e na Missão da Igreja* (VD), é o resultado da XII Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, que aconteceu no Vaticano de 05 a 26/10/2008. Três elementos ajudam na compreensão desse documento:

1) Primeiramente, trata-se da *continuidade da recepção do Vaticano II*. Na atualidade, em não poucos espaços eclesiais, a preocupação por essa recepção tem-se tornado cada vez menos intensa, ou até mesmo desaparecida. Presenciamos atualmente significativos esforços para que sejam restauradas práticas pastorais, espirituais e teológicas pré-conciliares, sobretudo na liturgia.

2) O segundo elemento diz respeito à forma como essa recepção acontece: através de um *sínodo, que manifesta o espírito da colegialidade e comunhão do exercício do ministério episcopal e do ministério petrino*. O equilíbrio dessa relação foi também um grande esforço do Concílio Vaticano II, buscando superar a colocação do *papa solus* na Igreja do Vaticano I.

3) Finalmente, cabe observar que a recepção do Vaticano II expressa pela VD concentra-se em um documento conciliar específico: a *Dei Verbum*. Trata-se, portanto, de continuidade ao aprofundamento da compreensão e da vivência da Palavra de Deus “na vida e na missão da Igreja”, como propõe a Exortação. Mas a recepção não se resume a isso. Ela acontece num horizonte eclesial amplo e por essa razão a VD expressa a recepção do ensinamento conciliar em seu conjunto, mesmo se não cita explicitamente todos os documentos do Concílio.

Aparece aqui o espaço para tratar de três temas presentes na VD – o ecumenismo, o diálogo interreligioso, e a liberdade religiosa – o que expressa na VD a recepção de três outros documentos conciliares além da *Dei verbum*: o Decreto *Unitatis redintegratio*, a Declaração *Nostra aetate* e a Declaração *Dignitatis humanae*.

É verdade que esses documentos não estão presentes no conjunto da Exortação de forma explícita, e nem suas preocupações são as mais intensas na Exortação. O termo “ecumenismo” aparece uma única vez, exatamente no título que trata do tema no terceiro capítulo da Primeira Parte; e a palavra “diálogo inter-religioso” aparece uma só vez dessa forma, e outra, como “diálogo com as outras religiões”, também unica-



mente nos títulos que tratam do tema no capítulo IV da Terceira Parte. A expressão “liberdade religiosa” aparece apenas duas vezes, exatamente no parágrafo que trata especificamente desse tema (capítulo IV da Terceira Parte). Já os termos “unidade”, “comunhão”, “diálogo” são usados abundantemente na Exortação, mas na maioria absoluta das vezes não se refere ao ecumenismo ou ao diálogo interreligioso, e sim ao universo *ad intra* da Igreja católica.

Contudo, é de se apreciar o fato de a Exortação ter relacionado a Palavra de Deus com o ecumenismo (n. 46), com o diálogo interreligioso (nn. 43. 117. 118. 119) e com a liberdade religiosa (n. 120). Temos, assim, 6 números na Exortação VD que apontam para o diálogo, a cooperação e a comunhão também *ad extra*, no horizonte ecumênico e interreligioso, o que situa a escuta, a interpretação e a vivência da Palavra de Deus no mundo religioso plural da atual sociedade.

## II A Assembleia Sinodal: um evento ecumênico

Em coerência com o Concílio, a VD contempla os temas do diálogo ecumênico e interreligioso ao tratar da Palavra de Deus na vida e missão da Igreja. Explícita a importância e urgência da continuidade da reflexão sobre esses temas, como ajuda para a Igreja desenvolver uma ação consequente nesses dois campos.

Contribuiu para isso não apenas a busca de coerência com o Concílio, mas também a sensibilidade para com o atual contexto de pluralismo eclesial e religioso, e o método dos trabalhos na Assembleia Sinodal. No método, destaca-se o fato de que o Sínodo dos Bispos católicos foi também um acontecimento ecumênico em si mesmo, pela presença dos “Delegados fraternos”, como Bartolomeu I, Patriarca de Constantinopla; e teve também uma dimensão interreligiosa, pela presença de um Rabino (VD 4) – primeira vez que isso acontece em um Sínodo dos Bispos católicos.

A presença dos “Delegados fraternos” possibilitou que o Sínodo vivesse um real encontro e intercâmbio de tradições eclesiais e religiosas diferentes, o que ajudou a perceber a existência de um contínuo Pentecostes na Igreja, ou seja, que

*“ela fala em muitas línguas... no sentido de que nela estão presentes os mais variados modos da experiência de Deus e do mundo, a riqueza das*



*culturas, e só assim se manifesta a vastidão da existência humana e, a partir dela, a vastidão da Palavra de Deus” (VD 4).*

Por outro lado, as diferentes formas de experiência divina apresentam também diferenças na compreensão das Escrituras como Palavra de Deus. Não obstante as dificuldades que isso aponta, tais diferenças impellem à busca de complementaridade e de comunhão da fé no Deus que nos fala. Mais do que discussão doutrinal, a vivência ecumênica no Sínodo realçou o valor do testemunho comum dessa fé, que medita as Sagradas Escrituras como Palavra de Deus.

Os Delegados fraternos tiveram uma presença ativa no Sínodo, sobretudo nos grupos de trabalho sobre as *propositiones*. A Exortação valoriza, sobretudo, a meditação feita aos padres sinodais pelo Patriarca Bartolomeu I (*Propositiones* 37). Sua contribuição é apresentada principalmente em VD 8 (a dimensão cósmica da Palavra de Deus), VD 108 (o cuidado da criação); VD 112 (a presença transfigurante da Palavra de Deus através da beleza do ícone e, em VD 48, na vida dos santos). A contribuição do Rabino está, sobretudo, no número 117, ao tratar da relação entre cristãos e judeus com a Torá.

### III O conteúdo ecumênico da Exortação Pós-Sinodal *Verbum Domini*

O tema do Sínodo não é apenas a “Sagrada Escritura” mas a “Palavra de Deus”, no seu sentido mais amplo. Nela e por ela, Deus se apresenta como mistério de comunhão e diálogo de amor (DV 6). Isso mostra que a reflexão sobre a “Palavra de Deus” é rica de “intuições” e “questões” ecumênicas, e o enfrentamento aprofundado da Palavra exige, portanto, uma disposição ecumênica. A Exortação afirma que é preciso colher a Palavra de Deus nos seus “diversos significados”, de modo que “expressa melhor a unidade do plano de Deus e a centralidade nele da pessoa de Cristo” (VD 7).

Essa disposição aparece na VD de duas principais formas: implícita, em muitas de suas afirmações; e explícita, em alguns breves parágrafos.

#### a) A transversalidade do ecumenismo

O tema do ecumenismo aparece de modo transversal e implícito nas três partes da Exortação: a Palavra de Deus em diálogo com o ser



humano, a Palavra na vida da Igreja, a Palavra no Mundo – há também as exigências de compromisso para com as questões da sociedade atual, o diálogo com a cultura e com as religiões. Em todas as três partes da exortação se estabelecem relações, entre outras, entre a Bíblia e o ser humano, a Bíblia e a Igreja, a Bíblia e a humanidade inteira. E todas essas relações podem, e até exigem, ser tratadas ecumenicamente. São temas da Igreja, da fé cristã como tal, da missão cristã. A VD não os trata ecumenicamente, mas faz a todos um convite para aprofundar a compreensão da Sagrada Escritura como um ato ecumênico: “escutar e meditar juntos a Sagrada Escritura nos faz viver uma comunhão real” (VD 46). Essa ação comum leva a uma resposta também comum às interpelações da Palavra de Deus, pela qual todos os cristãos são conduzidos à vivência da unidade tal como desejada por Cristo (Jo 17,21).

Assim, a base do ecumenismo consiste em entender a Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja, aprofundar juntos esse entendimento, testemunhá-la ao mundo. Isso implica em refazer a vida cristã e eclesial, no horizonte da cooperação e da comunhão entre todos os discípulos de Cristo. Ele é a Palavra de Deus em torno da qual todos os cristãos se reúnem em suas assembleias.

## b) O ensinamento ecumênico explícito da VD

A explicitação do conteúdo ecumênico da VD aparece no Capítulo III da Primeira Parte da Exortação, quando trata da “hermenêutica” da Sagrada Escritura na Igreja. Todos os temas dessa Primeira Parte podem ser lidos numa dimensão ecumênica (cap. I “Deus fala” a todos; cap. II, Deus espera “uma resposta” de todos; cap. III, para isso é fundamental a “hermenêutica” do que Deus fala). E pelo fato de o ecumenismo aparecer na Primeira Parte da Exortação, isso indica que ele é uma “perspectiva” de leitura da Exortação como um todo. Vemos isso concretamente quando o tema do ecumenismo é concentrado no cap. III, “A hermenêutica da Sagrada Escritura na Igreja”, especificamente no n. 46, que trata sobre “Bíblia e Ecumenismo”. É um número conciso, de três breves parágrafos, mas que busca abordar questões essenciais da relação entre a Bíblia e o ecumenismo.

O ponto de partida é uma certeza: “a Igreja tem o seu fundamento em Cristo, Verbo de Deus feito carne” (VD 46). Tal é uma afirmação



comum às Igrejas em diálogo<sup>1</sup>. No cristianismo histórico, não é usual dizer: “a Igreja é desta ou daquela pessoa, fundada por essa ou aquela pessoa” – expressão que se observa muito em meios pentecostais. Mas “a Igreja é de Jesus Cristo, fundada por Ele e somente Ele é seu fundamento”. Trata-se de uma afirmação presente em Paulo: “ninguém pode lançar outro fundamento” (1Cor 3,13). E Cristo está no centro das Escrituras, Ele é a Palavra pela qual Deus fala nos textos bíblicos. Não como “instrumento” de Deus, mas como Deus mesmo (instrumento são os textos das Escrituras). A centralidade de Cristo na Bíblia coloca-o como fundamento da Igreja.

Sendo essa uma afirmação comum para as Igrejas, a Exortação aponta para a necessidade dos estudos ecumênicos da Bíblia, cuja finalidade é expressar “a unidade de todos os crentes em Cristo”<sup>2</sup>. Com esse estudo, os cristãos podem conhecer melhor e juntos o Deus que lhes fala nas Escrituras, aprofundar a mesma fé nesse Deus, dar testemunho ao mundo. O apelo vem do próprio Cristo: “*que todos sejam um ... para que o mundo creia*” (Jo 17,21). Por isso, a Exortação entende que “escutar e meditar juntos as Escrituras nos faz viver uma comunhão real, embora não plena”. A vivência da comunhão acontece em diferentes níveis. E o fato de não se ter ainda alcançado o nível mais alto, não significa que

<sup>1</sup> COMISSÃO INTERNACIONAL CATÓLICA-FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL, *O Evangelho e a Igreja*, in *Enchiridion Oecumenicum* (Vol. I), EDB, 1994, nn. 1127-1206; COMISSÃO INTERNACIONAL ANGLICANA-CATÓLICA ROMANA, *O Dom da Autoridade*, Paulinas, 1999; COMISSÃO INTERNACIONAL CATÓLICA-METODISTA, *Verso una Dichiarazione sulla Chiesa*, in *Enchiridion Oecumenicum* (Vol. II), EDB, 1995, nn. 1574-1657.

<sup>2</sup> Em 1937, a conferência de Fé e Constituição estudou “A Igreja de Cristo à luz da Palavra de Deus”, afirmando que o testemunho da Sagrada Escritura “oferece a norma primeira para o ensinamento, o culto e a vida da Igreja”. Em 1946, foi inaugurado o Instituto Ecumênico de Bossey, tendo o estudo da Bíblia como um dos seus principais objetivos. As sociedades bíblicas (iniciadas em 1804, com a fundação da *British and Foreign Bible Society* – BFBS) desenvolveram uma ação pioneira na cooperação entre as igrejas para o estudo das Escrituras. Cada vez mais, as traduções ecumênicas da Bíblia ganham espaço no meio das igrejas. O CMI, constituído em 1948, colocou a Bíblia no centro de suas atividades: em 1949, trabalhou os *Princípios guias para a interpretação da Bíblia*, tendo como centro da reflexão a unidade das Escrituras; em 1963, a comissão de Fé e Constituição abordou o tema da *Tradição e tradições*, mostrando ser a Tradição o próprio Evangelho; em 1967, a mesma comissão estudou *A importância do problema hermenêutico para o movimento ecumênico*, tratando do pluralismo teológico na Bíblia, que “reflete a diversidade da ação de Deus nas diversas situações históricas e a diversidade da resposta humana às ações de Deus”. Outros estudos significativos: *A autoridade da Bíblia* (Fé e Constituição, 1971); *O significado do Antigo Testamento e sua relação com o Novo* (Loccum, 1978), *Tesouro em vasos de barro* (1998).



não exista comunhão<sup>3</sup>. A distinção entre “comunhão real” e “comunhão plena” retoma o ensinamento do Decreto sobre o ecumenismo, *Unitatis redintegratio* n. 3, onde são apresentados elementos da comunhão já existente entre os cristãos: o Batismo, a fé comum no Deus Uno e Trino, a vida da graça, o testemunho, a Bíblia... (também *Lumen Gentium* 15). A comunhão nesses elementos é “real” e impulsiona para uma comunhão ainda mais visível e mais completa, que envolve a convivência de todos os cristãos, seja nos elementos organizacionais da Igreja, seja nos sacramentos, sobretudo a Eucaristia, ápice da “plena” comunhão.

A base de tudo isso é exercitar “a escuta comum das Escrituras”<sup>4</sup>. Nesse exercício, ouvindo o Deus que lhes fala pelas Escrituras, as Igrejas aprendem a se ouvirem mutuamente. Acontece, assim, o “diálogo da caridade”, que permite a vivência do amor mútuo, base do respeito e da acolhida entre as Igrejas. E isso faz crescer o diálogo “da verdade”, que leva ao reconhecimento comum acerca do conteúdo da fala de Deus nas Escrituras, da sua vontade para a Igreja e para toda a humanidade.

Para isso é preciso realizar ações conjuntas, como: “ouvir juntos a Palavra de Deus”, “praticar a *lectio divina* da Bíblia”, trabalhar-se interiormente para “deixar-se surpreender pela novidade” que a Bíblia apresenta continuamente, e “superar a nossa surdez” para ouvir o que Deus diz quando vai além do que cremos saber, “escutar e estudar na comunhão dos fiéis de todos os tempos”. Essas ações exigem “incrementar o estudo, o diálogo e as celebrações ecumênicas da Palavra de Deus”, como caminhos imprescindíveis à realização da aspiração da unidade, até que seja possível “aproximar-nos da mesma mesa e beber do único cálice”. Assim fazendo, os cristãos estarão melhor respondendo ao apelo que Deus lhes faz nas Escrituras: a unidade na fé. E percebem, então, que “no próprio diálogo (ecumênico), a Sagrada Escritura é um exímio instrumento da poderosa mão de Deus na consecução daquela unidade que o Salvador oferece a todos os homens” (UR 21).

A oração e o estudo comum das Escrituras possibilitam às Igrejas o reconhecimento da “comunhão real” já existente e o discernimento

<sup>3</sup> “Lá onde a Igreja e as comunidades eclesiais confessam segundo a Escritura Jesus Cristo verdadeiro Deus e verdadeiro Homem, como o único mediador da salvação para a glória de Deus, do Pai, do Filho e do Espírito Santo, existe uma fundamental unidade na fé” (COMISSÃO INTERNACIONAL CATÓLICA-FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL, “Vie verso la comunione”, in *Enchiridion Oecumenicum*, vol. I, EDB, 1986, n. 26).

<sup>4</sup> WEBBER, HAN-RUEDI, “Bíblia, ruolo nel movimento ecumênico”, in *Dizionario del Movimento Ecumenico (Dizionario Ecumenico)*, EDB, 1994, 100.



do caminho para chegar a uma “comunhão plena”, trabalhando os elementos ainda em desacordo. O papa João Paulo II pergunta na encíclica *Ut unum sint*, sobre o ecumenismo: *Quanta est nobis via?* E responde afirmando cinco principais elementos que precisam ser trabalhados no diálogo ecumênico atual: a relação entre Sagrada Escritura e Tradição, a Eucaristia, o sacramento da Ordem, o Magistério da Igreja, a Virgem Maria (*UUS 79*). A *VD* apresenta como principal desafio para o avanço da unidade dos cristãos “a compreensão do sujeito da interpretação com autoridade na Igreja e o papel decisivo do Magistério”. Trata-se de uma questão eclesiológica.

De fato, as questões eclesiológicas manifestam-se atualmente como os principais desafios do diálogo ecumênico, e entre elas sobressai a questão da autoridade magisterial. O diálogo da Igreja Católica com Anglicanos e Protestantes enfrenta esse tema<sup>5</sup>. Igualmente, o diálogo entre a Igreja Católica e a Igreja Ortodoxa no seu conjunto<sup>6</sup>. De fato, a questão é delicada sobretudo por incluir o ministério petrino. O próprio papa João Paulo II reconheceu, ao visitar o Conselho Mundial de Igrejas em 12 de junho de 1984, que a compreensão que a Igreja Católica tem de ser o Bispo de Roma “o sinal visível e garante da unidade”, é uma das principais dificuldades para o diálogo entre as Igrejas (*UUS 88*). E manifesta-se sensível à aspiração ecumênica que solicita “encontrar uma forma de exercício do primado ... que se abra a uma nova situação” (*UUS 95*). E implora para que “O Espírito Santo nos dê a sua luz, e ilumine todos os pastores e os teólogos das nossas Igrejas, para que possamos procurar, evidentemente juntos, as formas mediante as quais este ministério possa realizar um serviço de amor, reconhecido por uns e por outros” (*UUS 95*). De fato, as Igrejas apresentam suas contribuições para o aprofundamento da questão, mas sem perspectivas de avanços no momento<sup>7</sup>.

Finalmente, esse número 46 da *VD* valoriza e encoraja o esforço ecumênico para a tradução da Bíblia de modo a poder ser utilizada por diferentes Igrejas. O papa João Paulo II já o tinha observado: “Tais

<sup>5</sup> COMISSÃO INTERNACIONAL CATÓLICA-ANGLICANA, *Autoridade da Igreja I, II, III. Ver: O Dom da Autoridade*, Paulinas, 1999; COMISSÃO MISTA INTERNACIONAL PARA O DIÁLOGO ENTRE A IGREJA CATÓLICA E OS DISCÍPULOS DE CRISTO, *Relatório 1981*; COMISSÃO MISTA NACIONAL CONJUNTA CATÓLICA-LUTERANA, *O Ministério Pastoral na Igreja* (1981).

<sup>6</sup> “Documento de Ravena”, 2007.

<sup>7</sup> Para uma análise geral desse tema, ver ELIAS WOLFF, *A Unidade da Igreja*, Paulus, 2007, 100-117.



traduções, obra de especialistas, oferecem geralmente uma base segura para a oração e a atividade pastoral de todos os discípulos de Cristo” (*UUS* 44)<sup>8</sup>.

## IV A Palavra de Deus e o diálogo interreligioso

### 1 A transversalidade do diálogo na *Verbum Domini*

Assim como na temática do ecumenismo, também o diálogo interreligioso é latente no conjunto da Exortação *Verbum Domini*. Três elementos merecem destaque:

#### a) *A universalidade da Palavra*

Deus fala a toda a humanidade, com quem estabelece um diálogo e para quem se dá a conhecer “como mistério de amor infinito” (*VD* 6). A criação inteira é expressão desse amor, pois foi pela Palavra – que sempre existiu, estava com Deus e era Deus – que “tudo começou a existir” (Jo 1,3). “A realidade nasce da Palavra, como *creatura verbi*” (*VD* 9).

Essa “Palavra única” tem diversas expressões ao longo da história da salvação, tal como “um cântico a diversas vozes” (*Instrumentum laboris*, 9), de modo que a comunicação que Deus faz de Si mesmo é compreendida de diversas maneiras, com diferentes significados (*DV* 7). Tal é o que se constata nos elementos da fé cristã das diferentes tradições eclesiais e também nas diferentes religiões. Em Cristo, a Palavra se encarnou (Jo 1,14) para que melhor possamos conhecer a Deus e com Ele fazer comunhão.

#### b) *A Palavra nas culturas da humanidade*

A Palavra de Deus também se manifesta “assumindo linguagens, imagens e expressões ligadas às diversas culturas” (*VD* 109). A cultura é “constitutiva da experiência humana” (*VD* 109), mas pode ter origem além da ação humana. A Palavra mesmo “inspirou, ao longo dos séculos, as diversas culturas”, gerando valores e estilos de vida exemplares (*Propositio* 41). Daqui a importância do diálogo entre a Bíblia e as

<sup>8</sup> SECRETARIADO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS E COMITÊ EXECUTIVO DAS SOCIEDADES BÍBLICAS UNIDAS, *Princípios para a colaboração interconfessional na tradução da Bíblia* (1968 – Documento atualizado em 1987).



culturas, sendo a Bíblia um “grande código para as culturas” em seus valores antropológicos e filosóficos (VD 110), ajudando-as para uma abertura à transcendência, a Deus, o que as torna verdadeiro serviço ao ser humano (VD 109)<sup>9</sup>.

### c) *A Palavra no compromisso com a justiça no mundo*

É fundamental entender que é constitutivo do anúncio da Palavra de Deus o compromisso com o mundo, pois a Palavra está no mundo (Terceira Parte). Por isso a todos é preciso anunciar o “*Logos da Esperança*” – cf. 1Pd 3,15 (VD 91), a proposta de Cristo de “*vida em abundância*” para todos (Jo 10,10), afirmar que todas as pessoas são destinatárias do seu Reino (VD 93). De fato, “Cristo se revela realmente a salvação de todas as nações” (VD 91) e “*perante Ele irão reunir-se todos os povos*” – Mt 25,32 (VD 99).

O anúncio da Palavra a todos acontece na consciência “do nosso compromisso no mundo e a nossa responsabilidade diante do Senhor da história” (VD 99). A missão é serviço a todos. “A todos a Igreja anuncia a Palavra que salva” – cf. Rm 1,14 (VD 95), mas sobretudo aos “irmãos mais pequeninos” – Mt 25, 40 (VD 99). É preciso mostrar que a Palavra de Deus é uma “caridade ativa” (VD 103) para os jovens (VD 104), os migrantes (VD 105), os doentes (VD 106), os pobres (VD 107), na defesa de toda a criação (VD 108). E aqui não se faz distinção de religião. Trata-se de um compromisso pela justiça e a transformação do mundo (VD 100), pela defesa e promoção dos direitos humanos de toda pessoa (VD 101). Nessa consciência, ela sente ter o “direito e o dever de intervir sobre as questões éticas e morais que dizem respeito ao bem das pessoas e dos povos” (VD 100). Trata-se da defesa e promoção dos direitos “universais, invioláveis e inalienáveis”<sup>10</sup> de todo ser humano (VD 101).

E para isso, a Igreja tem consciência de que

*“A missão dirige-se sempre ao homem no respeito pleno da sua liberdade. Por isso, o Concílio Vaticano II, afirmando a necessidade e a urgência de anunciar Cristo, “a luz da vida, com desassombro e fortaleza apostólica, até à efusão de sangue” se necessário (DH 14), confirmou a exigência de promover e respeitar em cada interlocutor uma verda-*

<sup>9</sup> Temos aqui a doutrina dos *semina Verbi*, dos Pais da Igreja.

<sup>10</sup> JOÃO XXIII, Carta enc. *Pacem in terris* (11 de abril de 1963), I.



*deira liberdade, isenta de coação de qualquer espécie, sobretudo no âmbito religioso. “De fato, a verdade deve ser buscada pelo modo que convém à dignidade da pessoa humana e da sua natureza social, isto é, por meio de uma busca livre, com a ajuda do magistério ou ensino, da comunicação e do diálogo, com os quais os homens dão a conhecer uns aos outros a verdade que encontraram ou julgam ter encontrado, a fim de se ajudarem mutuamente na inquirição da verdade; uma vez conhecida esta, deve-se aderir a ela com um firme assentimento pessoal” (DH 3). Por consequência, “na difusão da fé religiosa e na introdução de novas práticas, deve sempre evitar-se todo o modo de agir que tenha aspectos de coação, persuasão desonesta ou simplesmente menos leal, sobretudo quando se trata de gente rude ou sem recursos. Tal modo de agir deve ser considerado como um abuso do próprio direito e lesão do direito alheio” (DH 4)<sup>11</sup>.*

Por isso, a Igreja ou o cristianismo não podem alimentar a pretensão de superioridade ou exclusividade no meio social, sobre as outras religiões. Até mesmo porque, sozinha, a Igreja pouco poderá fazer para que o anúncio da Palavra promova uma sociedade melhor para todos, possibilitando a paz e a reconciliação entre os povos (VD 102). Para isso é fundamental a cooperação interreligiosa. Assim, urge superar todo conflito e hostilidade existente entre as religiões. “A religião nunca pode justificar a intolerância ou as guerras. Não se pode usar a violência em nome de Deus” (VD 102). E assim cada religião em particular e todas no seu conjunto podem “impelir para um uso correto da razão e promover valores éticos que edifiquem a convivência civil” (VD 102).

## 2 A explicitação do diálogo interreligioso

### a) *Diálogo e Anúncio*

A relação “explícita” entre a Palavra de Deus e o diálogo interreligioso é apresentada no cap. IV da Terceira Parte da Exortação. Ali, afirma-se que o anúncio da Palavra tem como “parte essencial”, “o encontro, o diálogo e a colaboração com todos os homens de boa vontade, particularmente com as pessoas pertencentes às diversas tradições religiosas da humanidade” (VD 117). Vemos aqui, o vínculo entre “missão” e “diálogo”, como propõe o Decreto *Ad Gentes*, do Concílio,

<sup>11</sup> CONSELHO PONTIFÍCIO PARA O DIÁLOGO INTERRELIGIOSO, *Diálogo e Missão* (1984) n. 18.



bem como as orientações do Conselho Pontifício para o Diálogo das Religiões: “Uma missão que não fosse permeada pelo espírito dialogal estaria contra as exigências da verdadeira humanidade e contra as indicações do Evangelho”<sup>12</sup>. De um lado, está a missão da Igreja: anunciar a Palavra de Deus. De outro, estão os elementos constitutivos desse anúncio: o encontro, o diálogo e a colaboração. A Palavra mesma, objeto do anúncio, exige como método o encontro, o diálogo e a colaboração. Daqui, a relação entre objetivo e método na missão da Igreja.

A Exortação identifica com quem é necessário esse encontro: as pessoas de boa vontade, sobretudo os membros das tradições religiosas. Entende que quem possui “boa vontade” tem uma disposição interior para ouvir a Palavra. Na verdade, sua boa vontade já é uma forma implícita e primária da própria Palavra, como uma lei “escrita no coração” (cf. Rm 2,15). De fato, toda pessoa tem em seu coração uma sede à qual somente Deus responde (*VD* 23). Trata-se de uma “lei natural” (*Propositio* 13.) pela qual “todo ser humano que atinge a consciência e a responsabilidade experimenta um chamamento interior para realizar o bem”<sup>13</sup>. Ela concentra-se no “dom da razão, da liberdade e da consciência” (*VD* 9). Isso é mais claro na vida de quem pertence a uma tradição religiosa. Nestas pessoas, a sensibilidade para a escuta do Divino é trabalhada pelos ensinamentos e práticas de sua religião, de modo que a Exortação espera encontrar ali um espaço mais propício para o diálogo.

### *b) Dois riscos a serem evitados*

O “encontro, diálogo e colaboração” entre as religiões devem, contudo, evitar todo sincretismo e todo relativismo. Temos aqui a constatação de dois perigos para a identidade religiosa de nosso tempo. O pluralismo religioso da atual sociedade apresenta-se como uma possibilidade que as pessoas têm de optarem por uma ou mais religiões. Nesse contexto plural, não poucas pessoas “servem-se” de elementos (símbolos, doutrinas, mística etc.) de diferentes religiões, adaptando-os em sua própria identidade religiosa. Forma-se, assim, uma identidade religiosa sincrética, que faz de expressões religiosas diferentes um amálgama a gosto do crente.

<sup>12</sup> CONSELHO PONTIFÍCIO PARA O DIÁLOGO INTERRELIGIOSO, *Diálogo e Missão* (1984) n. 29.

<sup>13</sup> COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, *À procura de uma ética universal: novo olhar sobre a lei natural*, Cidade do Vaticano, 2009, n. 39.



Outro risco do pluralismo religioso atual, e como consequência direta do sincretismo, é o relativismo religioso. Servindo-se de diferentes tradições religiosas para satisfação das necessidades existenciais, as pessoas tendem a relativizar os valores e convicções de sua própria religião. Perde-se a identificação com “uma” religião, e entende-se que todas as religiões se equivalem na capacidade de orientar a busca de sentido para a vida humana.

### c) *Nova visão do pluralismo religioso*

O Magistério católico tem-se pronunciado reiteradas vezes em relação a esses dois riscos do pluralismo religioso<sup>14</sup>. Fundamental é entender que não se trata de uma crítica às religiões e nem ao pluralismo religioso em si mesmo, mas dessas duas “posturas” (sincretismo e relativismo) que podem ser adotadas nesse contexto plural. O Concílio Vaticano II foi o primeiro concílio da Igreja Católica a ter uma visão positiva das religiões, sobretudo nas Declarações *Nostra aetate* e *Dignitatis humanae*. E ensina a compreender o pluralismo religioso não como problema para a evangelização ou oposição ao cristianismo, mas como possibilidade do encontro, do diálogo e da colaboração interreligiosa. A Exortação *VD* confirma essa posição do Concílio ao afirmar que o encontro com pessoas de culturas e religiões diferentes é “uma oportunidade providencial para manifestar como o autêntico sentido religioso pode promover entre os homens relações de fraternidade universal” (*VD* 117).

De fato, o pluralismo religioso é uma das manifestações do “processo veloz de globalização, característico de nossa época” (*VD* 117). A partir dessa constatação, a Exortação faz uma espécie de convite para que as religiões expressem, na sociedade secularizada, “uma mentalidade que veja em Deus Onipotente o fundamento de todo o bem, a fonte inexaurível da vida moral, o sustentáculo de um profundo sentido de fraternidade universal” (*VD* 117). Isto é, a *VD* conclama as religiões para que, a partir do credo de cada uma, seja possível uma ação comum na sociedade em duas direções: na afirmação da existência de um Deus origem e fim de tudo o que existe; e na construção da fraternidade entre os povos.

<sup>14</sup> Uma das últimas, e mais contundentes posições, foi tomada pela Congregação para a Doutrina da Fé, em 06 de agosto de 2000, na Declaração sobre a unicidade e universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja, *Dominus Iesus*.



#### d) *Elementos de relação e de colaboração interreligiosa*

O fundamento para essa posição comum vem do credo das próprias religiões. Na tradição judaico-cristã, Deus manifesta seu amor por todos os povos, buscando formar de todos uma só família universal (Is 2,2ss; 42,6; 66, 18-21; Jr 4,2; Sl 47). Os judeus são para os cristãos os “irmãos prediletos”<sup>15</sup>, encontram-se irmanados na fé de Abraão (VD 43). Assim, a verdadeira atitude de um cristão para com um judeu deve ser de “respeito, estima e amor” (VD 43), entendendo que a Igreja encontra-se enraizada na Aliança que Deus fez com o povo hebreu (Rm 11,17-24). Portanto, cristãos e judeus devem buscar todos os meios para superar as tensões das relações entre si, pois “encontramo-nos hoje como irmãos ... firmemente comprometidos na construção de pontes de amizade duradoura” (VD 43). Juntos é possível lutar pela paz, pela justiça, por um mundo mais fraterno e mais humano<sup>16</sup>. Por isso, a Exortação orienta para que com os judeus “se criem possibilidades mesmo públicas de encontro e diálogo, que favoreçam o crescimento do conhecimento mútuo, da estima recíproca e da colaboração, inclusive no próprio estudo das Sagradas Escrituras” (VD 43).

A relação entre Deus e o ser humano constitui a doutrina também de outras religiões. Assim, a Exortação reitera a importância do diálogo entre cristãos e muçulmanos, valorizando aspectos de sua religião, como a fé em um único Deus; a referência a Abraão, o culto a Deus através da oração, da esmola e do jejum (VD 118. Ver também NA 3). E apresenta como pauta desse diálogo o respeito da vida como valor fundamental, a defesa dos direitos inalienáveis do homem e da mulher e a sua igual dignidade, a contribuição para o bem comum (VD 118). Enfim, exorta as Conferências Episcopais de todo o mundo para que favoreçam o diálogo entre cristãos e muçulmanos (*Propositio* 53).

Outras religiões e tradições espirituais também são reconhecidas positivamente pela Exortação, que afirma poderem os seus valores “favorecer imenso a compreensão entre as pessoas e os povos” (VD 119. *Propositio* 50). Destaca algumas dessas tradições, afirmando uma significativa sintonia com seus valores. Com o Budismo, essa sintonia

<sup>15</sup> JOÃO PAULO II, *Mensagem ao Rabino-Chefe de Roma* (22 de maio de 2004): *Insegnamenti* 27/1 (2004) 665.

<sup>16</sup> JOÃO PAULO II, *Mensagem ao Rabino-Chefe de Roma* (23 de março de 2000): *Insegnamenti* 23/1 (2000) 434.



manifesta-se no respeito pela vida, a contemplação, o silêncio e a simplicidade; no Hinduísmo, o sentido da sacralidade, do sacrifício, do jejum; no Confucionismo, os valores familiares e sociais (VD 119). Além dessas tradições, a Exortação valoriza todas aquelas que manifestam “uma sincera atenção à transcendência de Deus, reconhecido como Criador” (VD 119), como também o respeito da vida, do matrimônio e da família, e o sentido da solidariedade.

### e) *A liberdade religiosa*

Finalmente, a Exortação trata do difícil tema da liberdade religiosa. Foi também um tema amplamente discutido no Concílio, e continua sempre presente na pauta das questões religiosas e sociais da atualidade. A Exortação entende que o diálogo fecundo inclui “um verdadeiro respeito por toda a pessoa para que possa aderir livremente à sua própria religião” (VD 120). E, exortando à colaboração entre as religiões, reafirma o ensinamento da Declaração *Dignitatis humanae* sobre a importância de assegurar “a todos os crentes a liberdade de professar, privada e publicamente, a sua própria religião, e também a liberdade de consciência” (VD 120. *Propositio* 50). Sustenta sua exortação no discurso do papa João Paulo II aos jovens muçulmanos em Casablanca, em 1985, o qual frisou que “o respeito e o diálogo exigem a reciprocidade em todos os campos, sobretudo no que diz respeito às liberdades fundamentais e, de modo muito particular, à liberdade religiosa. Tal respeito e diálogo favorecem a paz e a harmonia entre os povos”<sup>17</sup>.

## Concluindo

Na Mensagem Final do Sínodo, Presidente da Comissão para a Mensagem, Arcebispo Gianfranco Ravasi, considera que o texto é de “largo fôlego, com um certo pathos, para fazer com que não seja só um documento teológico”. De fato, a preocupação e objetivo da Exortação *Verbum Domini* é mais de caráter pastoral do que doutrinal. E nesse sentido, a exortação é propositiva: incentiva uma vivência mais estreita com a Palavra de Deus, de modo que essa Palavra efetivamente oriente o ser e agir de todo crente, o ser e agir da Igreja.

<sup>17</sup> JOÃO PAULO II, *Discurso no encontro com os jovens muçulmanos em Casablanca* (Marrocos, 19 de agosto de 1985), 5: AAS 78 (1986), 99.



E nessa vivência tem lugar o diálogo, internamente na comunidade de fé, e externamente nas dimensões sócio-cultural, ecumênica e interreligiosa. A Palavra de Deus é luz para os passos de todos os que aceitam os ditames dos seus livros sagrados e que, conosco, podem edificar um mundo de paz e de luz, pois “*Deus quer que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade*” (1Tm 2,4).

***Endereço do autor:***

SGAS – Quadra 606 Lotes 41 e 42  
70200-660 – Brasília, DF  
Fone: (061) 3443-8909  
ecumenismo@cnbb.org.br  
elias.wolff@itesc.org.br